

A INCLUSÃO DOS PNEs: UM DESAFIO PARA A UEMS

Amélia Leite de Almeida; Ana Paula Oliveira
e Fernandes Colzani; Fábio Rodrigues
Borges; Rogério Ferreira da Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
E-mail: amelia@uems.br; ap.fer@uems.br;
satine@uems.br; rogerio@uems.br

Resumo

A luta pelo processo de inclusão de PNEs (pessoas com necessidades especiais) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS é uma realidade que exige mudanças. Atualmente a instituição vem desenvolvendo ações que visam a Inclusão de PNEs, com o objetivo de efetivar um espaço para a reflexão da comunidade acadêmica sobre o desafio da implementação das políticas de inclusão das pessoas com necessidades especiais, buscando assim minimizar as barreiras atitudinais, promovendo a permanência dessas pessoas no âmbito da universidade e também nos diversos espaços sociais. Neste sentido, apresenta-se uma pesquisa sobre a inclusão de acadêmicos com necessidades especiais no ensino superior, cujo objetivo foi mapear a inclusão dos alunos com deficiência nas 15 Unidades Universitárias, bem como analisar e problematizar as representações e discursos sobre os sujeitos incluídos, seus direitos, suas demandas e sua presença nas unidades desta instituição. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de questionário aplicado aos gestores de todas as unidades da UEMS. Também foram realizadas palestras e oficinas, visando discutir as políticas públicas para (a) democratização dos espaços acadêmicos, a partir de um diagnóstico da realidade, com a identificação das dificuldades demandadas pelos alunos, priorizando assim assessorias e suportes necessários, para que nossos estudantes tenham acesso a esse processo de ensino e aprendizagem com sucesso. Neste trabalho buscamos refletir sobre o papel social da universidade na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo o acesso e permanência destes alunos na instituição. Percebemos além das barreiras arquitetônicas, as barreiras atitudinais devem ser melhores focadas, por meio de ações inclusivas com o intuito de instrumentalizar a comunidade acadêmica para a inclusão educacional e social das PNEs.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão no ensino superior, discursos e representações.

Introdução

Os espaços universitários atuais deveriam se consolidar em um espaço de promoção da igualdade entre os seus educandos. Em teoria, a universidade inclusiva que buscamos é aquela que reconhece as diferenças de seu alunado, suas necessidades e potencialidades, que acolhe a diversidade humana, buscando a equiparação de oportunidades e desenvolvimento de todos os alunos, com qualidade. Neste sentido podemos dizer que a universidade inclusiva, em contraponto com a universidade atual, está pautada na diferença como norteadora do ensino e não na igualdade de seu alunado. A construção de um espaço inclusivo se dá a partir do momento em que as diferenças forem potencializadas, pois a partir daí as PNEs verão a sua diferença valorizada e poderão começar a sentir-se incluídos e verdadeiros cidadãos. Destacamos a necessidade de que sejam oportunizados espaços de informações e reflexão sobre a inclusão, promovendo assim, mudanças atitudinais para com as PNEs. A Divisão de Inclusão e Diversidade-DID realizou varias ações com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica (professores, alunos, servidores) sobre a inclusão, promovendo um espaço para a promoção e reflexão dos desafios da efetivação de políticas de inclusão das PNEs, nos mais diversos segmentos sociais; contribuindo para o processo de conscientização de professores, servidores e alunos da UEMS sobre a relevância do envolvimento da comunidade acadêmica em atividades que eliminem barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam a inclusão dos PNEs. O Brasil fez opção de construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmado em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao condizer com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, em que todos, de ambos sexos, têm direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada à oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento e cada pessoa tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios. Segundo a Constituição Federal Brasileira, art. 5º. todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas

apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. Estima-se que esse número, em 2009, tenha crescido para algo em torno de 26 milhões de pessoas. Isso representa 14,5% da população com alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou mental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente, em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. De acordo com o documento elaborado pelo MEC/SEESP: a consciência do direito de construir uma identidade própria e de reconhecimento da identidade do outro, traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade (MEC/SEESP: 2001). Neste sentido, a inclusão na universidade deve ser operacionalizada de modo que todos os alunos, independentes de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, que respeite a diferença e promova os direitos humanos. Somos sabedores que a inclusão dos PNEs no ensino superior, não consiste apenas na permanência física junto aos demais educandos, mas do compromisso com uma educação de qualidade para todos, favorecendo a acessibilidade, a flexibilização curricular, as adequações curriculares, que caracterizem sua opção por práticas heterogêneas e inclusivas. Esse trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão da efetivação de políticas de inclusão às pessoas com necessidades especiais na UEMS, buscando assim, eliminar barreiras atitudinais, garantindo a permanência destas pessoas no âmbito da universidade e também na sociedade.

Metodologia:

Foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas nas 15 unidades universitárias da UEMS, com a finalidade de obter dados a respeito das pessoas com deficiência matriculadas nos cursos. E ainda foram realizadas palestras e oficinas na Unidade de Dourados. As palestras e oficinas foram realizadas durante o ano de 2008 e início de 2009, com duração de 4 horas cada uma delas e a metodologia utilizada foi a explanação oral do conteúdo por meio de slides e dinâmica de grupo, com profissionais especialistas convidados para debater assuntos específicos. Em alguns eventos foram feitas apresentações artísticas por uma técnica surda, que apresentou uma interpretação em Língua

Brasileira de Sinais-Libras da poesia “Genocídio” de autoria de Emanuel Marinho, poeta douradense, e apresentação do coral em Libras formado pelos participantes do curso de Libras da UEMS e ainda tivemos outras apresentações artísticas com outras pessoas com deficiência da comunidade.

Resultados e Discussão

O instrumento de medida utilizado foi um questionário padronizado com questões mistas (abertas e fechadas), sobre o tema proposto, para que o indivíduo a ser pesquisado pudesse ter maior liberdade de resposta. Para a análise do mesmo, utilizamos a proposta apresentada por Martins & Donaire (1990).

A seguir podemos visualizar que todas as pessoas que participaram da pesquisa são a favor da inclusão e sabiam o que significava (oque?), no questionário aplicado 30% por cento delas, conheciam várias pessoas com necessidades especiais, o que nos faz perceber que elas têm uma proximidade com o assunto e isso as tenham motivado a participarem das palestras e oficinas. Os demais participantes, conheciam aproximadamente 4 pessoas com necessidades especiais. Os principais motivos indicados pelos entrevistados para serem a favor da inclusão foram: a igualdade de condições visando à redução dos preconceitos, possibilidade de aprender a conviver e se integrar como cidadãos usufruindo dos mesmos direitos dos demais, a capacitação da sociedade para interagir com as diferenças e a necessidade de abertura de espaço na sociedade para aprender com eles, por sua vontade de vencer apesar das limitações. Quando as pessoas foram indagadas a respeito das principais limitações para a inclusão, no que diz respeito aos obstáculos enfrentados pelas PNEs pudemos observar que houve um destaque para o item preconceito que foi estatisticamente igual a integração social e diferente dos demais problemas avaliados. Em último lugar pudemos observar o problema econômico, mostrando que os problemas arquitetônicos ou de acessibilidade, sociais e culturais, foram considerados mais importantes do que a situação econômica. Quando as pessoas foram indagadas a respeito das principais limitações para a inclusão, no que diz respeito aos obstáculos enfrentados pela sociedade pudemos verificar que o mais representativo deles, na opinião dos entrevistados, foi a falta de orientação de como agir, a mudança dos valores e o preconceito, em último lugar veio o medo do desconhecido. Observando os resultados percebe-se que apesar dos entrevistados acreditarem que as PNEs enfrentam muito preconceito, eles não indicaram o preconceito

como o único problema para elas e a sociedade, a falta de informação de como agir com essas pessoas foi muito valorizada como resposta, o que nos faz perceber a necessidade da abertura de espaços de convivência como essas oficinas bem como o fornecimento de cursos de capacitação em Libras entre outros que facilitem a comunicação. Vale nesse ponto, refletirmos que muitas vezes atribuímos apenas ao preconceito a barreira na aproximação, porém percebemos que a falta de informação, a dificuldade de comunicação e até mesmo o medo de lidar com o desconhecido tem muita importância durante o processo de inclusão.

Considerações Finais

Percebemos que muito mais do que as barreiras arquitetônicas, as barreiras atitudinais devem ser melhor focadas, por meio de ações inclusivas com o intuito de instrumentalizar a comunidade acadêmica para a inclusão educacional e social das PNEs. Compartilhando espaços e experiências no meio acadêmico, oportunizando a reflexão em torno do desafio da efetivação de políticas de inclusão, aproximando a comunidade acadêmica da realidade das PNEs, promovendo mudanças atitudinais e a quebra de paradigmas. A inclusão de PNEs vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade e a universidade tem o compromisso de contribuir para a efetivação dessa política, promovendo ações inclusivas que gerem mudanças arquitetônicas e sobretudo atitudinais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial / Departamento de Política da Educação Especial / Coordenação Geral de Articulação da Política de Inclusão. **Direito à educação**. Necessidades educacionais especiais: subsídios para a atuação do Ministério Público Brasileiro. Brasília: MEC, 2001.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil –1988. São Paulo: 1989.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, n.248, 23 dez. 1996

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. 2000.

MARTINS, G. de A. & DONAIRE, D. *Princípios de estatística*. São Paulo: Atlas, 1990

UNICEF .CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994.